



ALERTA Em audiência na CAE, presidida por Tebet, Palocci ouve de senadores a advertência de que meta de inflação pode comprometer esforço pelo crescimento econômico

PALOCCI NO SENADO

1 Ministro descarta mudança na política econômica

2 Em sete horas de debate, senadores cobram juros menores

Página 3

ACM propõe união para assegurar a governabilidade

“Temos a obrigação, como políticos, de ultrapassar as barreiras do imediatismo”, afirmou ontem o senador Antonio Carlos Magalhães em pronunciamento no Plenário. Antonio Carlos pediu que a classe política se una, “esquecendo divergências que podem ser até profundas”, em favor da governabilidade do país.



PAUTA Com as medidas votadas ontem, o Senado caminha para desobstrução da ordem do dia

Plenário aprova quatro medidas provisórias

Ministra promete fiscalizar Luz para Todos

Em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, avisou que a aplicação de R\$ 5,3 bilhões no programa Luz para Todos será rigorosamente fiscalizada para garantir a universalização do fornecimento de energia e evitar desperdício do dinheiro público.

Página 4

Página 5

Página 7

Fotos: Roosevelt Pinheiro



RISCO BC poderá ter que pagar juros às instituições em liquidação, alerta Edison Lobão

Lobão: demora na liquidação de bancos gera prejuízos ao país

O senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu ontem urgência para a conclusão do processo de liquidação de bancos pelo Banco Central (BC). Ele alertou para o risco de o Tesouro Nacional ter que arcar com o pagamento de juros às instituições em liquidação.

O senador citou matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo a qual, a partir de 2005, o BC terá que pagar ao Banco Nacional, liquidado extrajudicialmente, juros anuais de R\$ 1 bilhão, por conta de Fundos de Compensação de Variações Salariais que a massa em liquidação tem em carteira. No caso do Banco Econômico, disse Lobão, o governo já gasta R\$ 1 bilhão por ano com juros.

– É fácil compreender que a matemática das liquidações jamais será favorável ao Banco Central – comentou o senador.

Em apertes, César Borges (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-SP), Hélio Costa (PMDB-MG), Demostenes Torres (PFL-GO), Aelton Freitas (PL-MG) e João Capiberibe (PSB-AP) endossaram as preocupações de Lobão.

Agenda

Plenário do Senado prossegue no exame de MPs

As medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta de votações do Senado continuam a ser analisadas hoje, em sessão marcada para as 14h30. Entre as propostas em pauta, estão o projeto que cria carreiras e organiza cargos efetivos das agências

reguladoras (PLV 15/04) e a medida provisória que permite o porte de armas aos integrantes das guardas municipais, quando em serviço, dos municípios com mais de 50 mil e menos de 500 mil habitantes (MP 157/03).

Sarney participa de videoconferência sobre a mulher na política

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 10h, da cerimônia especial para dar o nome do ex-senador Josaphat Marinho ao plenário da CCJ; às 11h, recebe o governador do Amapá, Waldez



Goes; e, às 15h, participa da videoconferência sobre o papel da mulher na política, no auditório do Interlegis. O evento faz parte das comemorações do Ano da Mulher.



Destaques à reforma do Judiciário na CCJ

Os destaques à proposta de reforma do Judiciário (PEC 29/00) continuam na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne a partir das 10h. Na última reunião, foram votadas 47 emendas das cerca de 160 apresentadas pelos parlamentares. O colegiado também realiza cerimônia especial para dar o nome do ex-senador Josaphat Marinho ao plenário da CCJ.

Comissão de Fiscalização e Controle vota requerimentos

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota, a partir das 10h, seis requerimentos para audiências públicas. Uma das solicitações propõe que sejam convidados representantes do

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para discutir a venda da Embratel. Outro requerimento pede a

presença de dirigentes da empresa multinacional GTech e da Caixa Econômica Federal para prestarem esclarecimento sobre a renovação do contrato entre as duas organizações.

Audiência discute impacto ambiental de pneus

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, às 10h, audiência para discutir projeto (PLS 216/03) que trata das exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno. Entre os convidados, estão a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o coordenador-geral de Qualidade Ambiental do Ibama, Márcio Freitas.



Conselho ouve Saturnino

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) será ouvido hoje, às 17h, pelo Conselho de Ética. O parlamentar é acusado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) de ter feito acordo, antes da eleição, para a divisão do seu mandato com o suplente, Carlos Lupi. O PDT pede a cassação do mandato de Saturnino.

CPIs realizam reuniões

Duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) realizam hoje reunião administrativa para a discussão de requerimentos solicitando audiências públicas. A CPI do Desmanche, que apura denúncias contra empresas de seguro e revendedoras de carros, reúne-se às 10h, e a do Banestado às 17h.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PRECIPITAÇÃO Para Eduardo, MEC não pode suspender Fies antes do novo programa

Eduardo critica anúncio da suspensão do Fies

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lamentou ontem a possível suspensão do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Para substituir o projeto, o ministro da Educação, Tarso Genro, anunciou que será editada medida provisória (MP) criando o programa Universidade para Todos, que prevê a utilização de vagas ociosas nas faculdades particulares em troca de débitos fiscais com a União.

– O Ministério da Educação não pode suspender o Fies antes de editar a medida provisória que criará o Universidade para Todos, sem saber sequer se será aprovada pelo Congresso Nacional – alertou.

Eduardo disse que o Fies tinha várias formas de “cerceamento”, como a obrigatoriedade de o estudante utilizar a Internet para fazer a inscrição e a necessidade de ter fiadores. Segundo o senador, 280 mil “privilegiados” com acesso a computador fizeram inscrição, mas apenas 40 mil conseguiram o financiamento.

Proposta

O senador lembrou ter apresentado proposta para modificar esses pontos do Fies e ainda permitir que os estudantes, e não apenas os donos de faculdades particulares, tivessem acesso às linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “A proposta foi aprovada no Senado e derrubada na Câmara dos Deputados”, frisou.

– A justificativa apresentada é a de que os juros seriam muito altos para os estudantes, mas é justamente com o suor de 2 milhões de estudantes que os donos de faculdades particulares vão pagar os juros do BNDES – acrescentou.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

DEBATE NA CAE

Questionado por senadores sobre a política econômica, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ressaltou que o Brasil está atingindo as condições para garantir desenvolvimento de longo prazo com sustentabilidade fiscal



REAÇÃO Palocci (E), ao lado de Ramez Tebet, afirma que a política econômica “não vai mudar, não pode mudar e não deve mudar”

Palocci: país está a caminho do crescimento

Na exposição à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou que o Brasil está atingindo as condições para garantir crescimento econômico de longo prazo com estabilidade e sustentabilidade fiscal.

– Melhorar a situação fiscal do país e ordenar a dinâmica da dívida pública são condições para que seja atingido o crescimento em longo prazo com inclusão social e oportunidade para todos – declarou Palocci. E ressaltou que a política econômica do país “não vai mudar, não pode mudar e não deve mudar”. Ele sustentou que o Brasil estaria vivendo uma “crise sem precedentes” se não tivessem sido tomadas em 2003 duras medidas que, a seu ver, recolocaram o país na rota do crescimento.

A continuidade da atual política econômica foi assegurada em resposta a César Borges (PFL-BA), que recordou as críticas feitas à condução da economia por partidos governistas, inclusive o PT, e pelo vice-presidente José Alencar.

A falta de unidade no governo em relação à economia foi lembrada pelo presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS). As divergências, alertou o senador, podem acabar afastando os investidores. Palocci respondeu que o caminho adotado é o “mais duro e angustiante”, mas o único para garantir a estabilidade a longo prazo.

Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber se o governo submeteria ao Senado os termos do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Observou ainda que o país deverá gastar em juros neste ano aproximadamente R\$ 138 bilhões, contra os R\$ 5,8 bilhões que poderão ser direcionados aos beneficiários do Bolsa-Família.

Segundo Palocci, o governo encara o acordo com o FMI não como contrato de empréstimo, mas como exercício do direito de o país ter acesso a recursos do fundo. Sobre o pagamento da dívida, ele observou que tem muito mais satisfação de pagar o Bolsa-Escola do que os juros, mas que é obrigado a cumprir as obrigações do país.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) questionou o ministro sobre a notícia de que estatais estariam colocando em risco a meta de superávit fiscal. Palocci afirmou que o resultado das estatais foi sazonal e deveu-se principalmente ao pagamento de dividendos. Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou o ministro sobre a meta de superávit equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), percentual confirmado pelo ministro.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que identificava na sociedade pessimismo em relação à economia e ansiedade pela redução das taxas de juros. O ministro Antonio Palocci discordou da opinião de que o país esteja pessimista quanto à economia.

Senadores debatem as metas de inflação

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou durante a audiência que o país deve promover, antes da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) em junho, debate sobre as metas de inflação ideais para os próximos anos. Para ele, uma meta muito conservadora pode comprometer o crescimento econômico. O senador avalia que a meta de 5,5% com banda de 2,5% para mais ou para menos em 2004 é “extremamente ambiciosa”, e deve ser mantida nos próximos anos.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que o teto de 8% da meta inflacionária para 2004 é “mais que suficiente” para que o governo possa operar bem a política econômica. Em 2005, o teto de 6,5% também pode permitir o crescimento econômico, avalia o senador.

– Quanto menor a inflação, mais vai haver transferência de renda para os mais pobres. Aumentar as metas é que parece “namorar com o perigo” – declarou Virgílio.

Renan propõe pacto nacional em favor do desenvolvimento

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), defendeu a realização de pacto nacional pelo desenvolvimento, “liderado pelo ministro Palocci”. É importante que os partidos promovam a união por um crescimento mais efetivo, sustentou.

Já o líder do PFL, José Agripino (RN), disse que a oposição não tem interesse de “triturar” Palocci. Ao contrário, afirmou, a oposição respeita o ministro e não deseja, “como setores do PT”, desestabilizá-lo.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) apresentou dados mostrando que os assalariados teriam neste ano perda de 8,1% do poder aquisitivo em função do aumento da carga tributária.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) questionou o ministro sobre críticas feitas à política econômica pela base do governo. Palocci disse que não identificava nenhum movimento para desestabilizá-lo.

Palocci ressaltou que é preciso dar um valor adequado ao processo de queda da inflação para que não sejam cometidos equívocos. Ele entende que a importância da redução dos juros para crescimento de longo prazo não está superestimada. Antes disso, afirmou, é necessário dar andamento a uma série de medidas microeconômicas que fazem parte da agenda do governo Lula.

O ministro concordou com Aloizio Mercadante em que o debate sobre as metas de inflação deve ser feito, por fazer parte do processo de construção da estabilidade macroeconômica. Nesse sentido, ele destacou que o Banco Central tem atuado de maneira autônoma, “com propriedade e competência técnica”.

Em resposta a Roberto Saturnino (PT-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS), Palocci afirmou que a meta de superávit primário (receitas fiscais menos gastos do governo), de 4,25% do PIB, deve ser mantida este ano, em 2005 e em 2006. Palocci completou que as metas foram

definidas pelo governo, independentemente do FMI, e que devem ser observadas mesmo depois do fim do acordo com o fundo.

A afirmação foi feita depois de Saturnino ponderar que os investimentos públicos são importantes para induzir o investimento privado e, dessa forma, o crescimento econômico.

Pedro Simon se disse preocupado com a situação do Rio Grande do Sul, que tem de enfrentar superávit primário e pagamento da dívida com a União, além de grandes dívidas previdenciárias, ficando impossibilitado de fazer investimentos. Palocci informou que está conversando com o governador Germano Rigotto, “que terá todo apoio possível para vencer eventuais dificuldades no seu ajuste”.

Para Fernando Bezerra (PTB-RN), a crise brasileira é essencialmente política. Segundo o senador, os dados apresentados por Antonio Palocci indicam que o país está caminhando na direção de um crescimento sustentado.



ADVERTÊNCIA Senadores manifestaram temor de que política de juros altos impeça a retomada do desenvolvimento econômico



INVESTIGAÇÃO Almeida Lima convida demais senadores para mobilização pró-CPI

Almeida Lima destaca ato público em Aracaju

O senador Almeida Lima (PDT-SE) convidou ontem os demais senadores a participarem do ato público "Chega de corrupção. CPI já!", que acontecerá na próxima sexta-feira, em Aracaju, a partir das 15h. Segundo ele, a mobilização popular tem como objetivo conseguir a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar atos de corrupção cometidos no âmbito do governo federal.

Almeida Lima enfatizou que, na segunda-feira, o Ministério Público denunciou o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Jorge Mattoso, por corrupção passiva e gestão fraudulenta, entre outras acusações.

– Uma CPI não conseguiu o número necessário de assinaturas. Para a outra CPI nós conseguimos, mas a maioria do governo impediu a sua instalação. Se não conseguimos internamente fazer a investigação, precisamos fazer valer a voz das ruas – afirmou.

O senador assinalou ainda que pesquisa de opinião revelou que 81% da população brasileira "exige" a investigação por meio de uma CPI das denúncias de corrupção no governo Lula.

– Não estamos correspondendo aos anseios populares – concluiu.

ACM propõe união à classe política e defende reformas

■ Senador pede o fim das divergências entre os parlamentares e diz que momento exige ponderação

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ontem que a classe política se una, "esquecendo divergências que podem ser até profundas", para assegurar a governabilidade.

– Temos a obrigação, como políticos, de ultrapassarmos as barreiras do imediatismo – afirmou o senador, acrescentando haver chegado "o momento de todos darem um pouco de si para que o Brasil ocupe seu espaço no concerto das nações" e para que a população tenha condições de vida melhores.

Para Antonio Carlos, o Brasil vive um momento que exige



PELA VOTAÇÃO Para Antonio Carlos, reforma do Judiciário deve ser decidida logo

ponderação. Segundo ele, muitos dos líderes de oposição já compreenderam esta posição e clamam pela governabilidade, mas lamentou que nem todos pensem assim.

O representante baiano lem-

brou o ditado que diz que a política não é feita por santos, mas ressaltou que ela não precisa, em contrapartida, ser feita apenas por demônios.

Legislação

Defendeu a aprovação, pelo Congresso, de legislações necessárias à governabilidade e à modernização do país.

Entre elas, citou a reforma do Judiciário – que tramita no Parlamento há 13 anos e deverá ser votada hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – e a reforma política.

Antonio Carlos disse que o lugar do PFL é mesmo na oposição e lembrou que o partido tem 18 representantes da Bahia na Câmara.

O senador Tião Viana (PT-AC) condenou o excesso de "posicionamentos duros" no Senado sobre temas que poderiam ser tratados de outras maneiras.



DEFESA Efraim observa que problemas não foram criados pelo Congresso

Efraim diz que promessa do presidente Lula provocou crise

O senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou ontem que não foi a oposição e nem o Congresso Nacional que inventaram a crise que vive o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, a crise é resultado do "estelionato eleitoral" cometido pelo presidente ao prometer criar 10 milhões de empregos.

– Compromisso eleitoral quebrado com essa cara-de-pau não pode passar impune. E isso não é invenção nem do Congresso nem da oposição – declarou.

O senador ainda enumerou uma série de acontecimentos envolvendo membros do governo para demonstrar a existência da crise negada pelo presidente da República, como o recente episódio envolvendo o diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Armando Castellar, que contestou publicamente o vice-presidente da República José Alencar, que havia acusado o governo de cometer irresponsabilidade fiscal.

O senador Flávio Arns (PT-PR) disse que as denúncias apresentadas pelo Ministério Público contra o presidente da Caixa Econômica Federal são um sinal do fortalecimento das instituições, mas é possível fazer investigações sem atingir a honra das pessoas.

Ideli estranha denúncia de procurador contra dirigentes da Caixa Econômica

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), manifestou sua estranheza diante da apresentação, à Justiça, de denúncia do procurador regional da República Marcelo Antônio Serra Azul, contra dirigentes da Caixa Econômica Federal por supostas irregularidades no contrato CEF/GTech, de operação de loterias. Na mesma ação, são denunciados os dirigentes da GTech do Brasil, o ex-assessor parlamentar Waldomiro Diniz, além de Rogério Buratti e Carlos Augusto de Almeida Passos (o bicheiro Carlinhos Cachoeira).

Segundo ela, a denúncia de gestão fraudulenta e crime contra o sistema financeiro, formada por recortes da imprensa e cópias de depoimentos, não traz qualquer prova do



ESQUECIMENTO Ideli critica recomendação de redução de pena a Carlinhos Cachoeira

envolvimento dos dirigentes da Caixa. Além disso, o teor do documento não foi comunicado aos denunciados, que somente obtiveram cópia da denúncia por meio de um jornalista.

Ideli estranhou, também, que o documento inocente as administrações anteriores da CEF.

Além disso, recomenda redução da pena dos dirigentes da GTech e do bicheiro Carlinhos Cachoeira, "por terem colaborado nas investigações", disse.

A líder do PT elogiou a postura rigorosa dos procuradores federais Raquel Branquinho e Luiz Francisco de Souza que, entre os meses de abril e outubro de 2003, realizaram intensa investigação junto à CEF sobre o contrato com a GTech.

Ideli manifestou sua estranheza com a atitude do procurador estadual Serra Azul sem levar em consideração o trabalho realizado pelos dois procuradores federais. Ela anunciou que os dirigentes da CEF estão constituindo advogados para responder ao processo.

César Borges: "Equipe econômica vive uma realidade virtual"

A equipe econômica do governo vive numa realidade virtual que nada tem a ver com a situação real da economia brasileira, afirmou o senador César Borges (PFL-BA) em comentário à visão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mostrada em audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos.

– A realidade que o ministro ig-

nora, ou não quer ver, é que o país está semiparalisado. O desempenho da economia brasileira foi o pior em 11 anos – disse.

Para o senador, em nome da estabilidade econômica, a economia foi sacrificada pela imposição de uma meta fiscal muito acima do que o país poderia suportar.

Ao ironizar o otimismo exagerado do governo, César Borges infor-

mou que, apesar da retórica do Executivo, relatório do Fundo Monetário Internacional sobre a renovação do acordo com o Brasil assinado em dezembro de 2003 concluiu que o país continua vulnerável às crises internacionais.

César Borges lembrou ainda que o superávit primário tem sido justificado como uma forma de reduzir a relação entre a dívida pública e o

PIB, mas declarou que nem isso está sendo alcançado, pois essa política gera um ciclo vicioso: a elevação do superávit reduz o investimento público e prejudica o crescimento do PIB, que por sua vez aumenta a relação dívida/PIB. É por isso que a economia nacional gerou um superávit fiscal de R\$ 70 bilhões, enquanto os investimentos públicos não chegaram a R\$ 2 bilhões em 2003.



ACORDO César Borges cita relatório do FMI, que ainda considera país vulnerável

Capiberibe aponta "farsa dos remédios" no estado do Amapá

O senador João Capiberibe (PSB-AP) informou ao Plenário que pediu ao Ministério Público Federal que investigue o que ele chamou de "farsa dos remédios" no Amapá. Um laudo da perícia técnica estadual constatou que mais de 79% dos medicamentos colocados em duas carretas só tiveram validade vencida na atual administração do estado. O fato havia gerado uma CPI na assembléia do Amapá, que concluiu por responsabilizar João Capiberibe, seu secretário de Saúde e outros dois funcionários.



Capiberibe quer investigação do Ministério Público

– O atual governo colocou os remédios em duas carretas com uma faixa em que acusavam minha administração. Fizeram a CPI e levaram tudo à Procuradoria estadual e anunciaram que depois os remédios seriam incinerados. Os procuradores não deixaram. Passem: 8,7% dos remédios das carretas não estavam vencidos. Exatos 11,84% teriam vencido na minha gestão.

Projeto de Heloísa veda teto para pagamento do SUS

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) pediu apoio a projeto de sua autoria que veda a fixação de teto financeiro para o pagamento de hospitais públicos ou de ensino por atendimentos ou procedimentos efetuados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



Teto inviabiliza atendimento, segundo Heloísa

Heloísa explica que, além de todos os obstáculos criados pelos SUS ao correto desempenho desses hospitais, a imposição de teto é direcionada principalmente para os procedimentos de alta complexidade, causando um problema a mais em sua administração financeira. Segundo Heloísa, caso o hospital ultrapasse o teto, fica sem receber pelo serviço extra, inviabilizando o atendimento.

A senadora ressaltou a importância dos hospitais públicos e de ensino para a pesquisa e para o atendimento à população carente, afirmando que, em função de suas atribuições, essas unidades de saúde necessitam de financiamento diferenciado.

Senado aprova plano de cargos para a Abin

Outra medida provisória acolhida institui auxílio-aluno para técnicos de enfermagem

O Senado aprovou a proposta que cria o plano especial de cargos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão oficial de informações do governo que substituiu o Serviço Nacional de Informações (SNI). O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), explicou que esteve na semana passada com o ministro-chefe da Abin, general Jorge Félix, que lhe garantiu que projeto de lei de conversão (PLV 17/04) relativo à Medida Provisória 158/03 aprovado ontem atende perfeitamente às necessidades do órgão.



SATISFAÇÃO Conforme Suplicy, chefe da Abin afirma que MP atende necessidades do órgão

Eduardo Suplicy informou que o general Félix vai recebê-lo, como presidente da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional, além de líderes e do presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara para esclarecer denúncias da revista *Carta Capital*.

Medida garante subvenção à Franave

O Plenário aprovou ontem medida provisória (MP 159/03) que permite ao Poder Executivo conceder subvenções para cobrir déficit de manutenção da Companhia de Navegação do São Francisco (Franave). O relator-revisor da matéria no Senado, Sérgio Guerra (PSDB-PE), destacou a importância da hidrovia do São Francisco, segundo ele "um sonho de toda a região".

O relator da MP na Câmara dos Deputados, deputado Mendes Thame (PSDB-SP), explicou em seu relatório que a medida foi necessária para adequar as subvenções à legislação. Acórdão do Tribunal de



IMPORTÂNCIA Sérgio Guerra diz que hidrovia no São Francisco "é sonho de toda a região"

Contas da União de 2001, sobre a prestação de contas da empresa relativa ao ano de 1996, determinou a suspensão dos repasses de subvenção econô-

mica para a Franave, mesmo autorizados por créditos orçamentários, por falta de amparo legal.

De acordo com explicação do relator, o governo defendeu a autorização para as subvenções como forma de não prejudicar a liquidação da Franave. A empresa, acrescentou, está sendo vendida aos pedaços. Sérgio Guerra afirmou que as barcas que fazem transporte de cargas pelo Rio São Francisco usualmente têm um calado que chega a 2,5 metros de profundidade. O talvegue do rio, no entanto, tem trechos que não chegam a 1,5 metro, impedindo a navegação.

Gratificação temporária a servidor técnico-marítimo

Foi acolhido ontem pelo Plenário o projeto de lei de conversão (PLV 18/04) à Medida Provisória 160/03, que concedeu gratificação temporária para servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos das instituições federais de ensino superior. A gratificação será paga progressivamente a 145 mil funcionários dessas instituições, o que representará dispêndio de R\$ 16 milhões em 2003, R\$ 143,6 milhões em 2004 e R\$ 314,8 milhões em 2005.

O relator-revisor do projeto de lei de conversão no Senado, senador Flávio Arns (PT-PR), apresentou quatro emendas à proposição, todas aprovadas. Com isso, a matéria deverá retornar ao exame da Câmara dos Deputados. Entre as emendas, destaca-se a que incluiu entre os beneficiados os titulares de cargos redistribuídos para as funções passíveis de receber as gratificações.

Na discussão da matéria, o se-



TRAMITAÇÃO Emendas de Flávio Arns foram aprovadas, e projeto volta à Câmara

nador Hélio Costa (PMDB-MG) lembrou que a gratificação não substitui o plano de carreira da categoria e nem repõe as perdas salariais dos oito anos em que não houve reajustes.



INDIGNAÇÃO Para Jefferson, é inaceitável que governo Lula tenha editado mais de 70 MPs

Lula quebra compromissos ao editar MPs, afirma Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) se disse indignado com o que considerou quebra de compromisso solene assumido pelo presidente Lula em carta ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. O senador lamentou especialmente a quebra da promessa de editar medidas provisórias somente em casos de "excepcionalidade ou emergência", caso chegasse à Presidência do país. A correspondência é datada de 27 de julho de 1998.

Para o senador, é inaceitável que o governo Lula já tenha editado mais de 70 MPs desde janeiro de 2003, já que, em documento oficial dirigido à consciência jurídica do país representada pela OAB, assumiu o compromisso "soleníssimo" de acabar com o uso indiscriminado de MPs, destacando que "todos sabem que sou um homem de palavra".

Jefferson enfatizou que, na pauta da ordem do dia do Senado de ontem, havia dez MPs e nenhum projeto de lei. A capacidade legislativa do Congresso foi usurpada pelo Executivo, salientou o senador, para quem 90% das MPs editadas pelo governo Lula não têm urgência nem relevância, conforme exige o artigo 62 da Constituição.

– É possível que eu seja um ET, vindo de Marte ou de Vênus, mas não posso deixar de me indignar com essa quebra flagrante de compromisso expresso em carta à OAB, em que o então candidato Lula ressaltava não se tratar de "meras palavras, mas de um compromisso de honra".

Jefferson ainda afirmou sua inconformidade com o fato de a sociedade cada vez mais considerar normal um ato imoral, se feito no domínio da política.

Congresso pode criar prêmio para reportagem sobre o Legislativo

Premiação será concedida a jornalistas que contribuírem para o aperfeiçoamento do Congresso Nacional

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de resolução do Congresso (PCN 1/04) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) instituindo o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo. A premiação, de acordo com o projeto que ainda será votado em Plenário, será concedida anualmente aos profissionais que se destacarem pela capacidade investigativa em relação às atividades do Legislativo. Deverá

PRF mostra rotas de prostituição

Em audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a CPI mista que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes ouviu ontem o inspetor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Junie Pena. O policial apresentou aos parlamentares levantamento promovido pela instituição sobre os principais pontos de prostituição infantil nas estradas brasileiras.

No Rio Grande do Sul, a PRF apontou rotas nas BRs 116 (Pelotas-Jaguarão), 472 (Uruguaiana-Barra do Quaraí) e 471 (Santa Vitória do Palmar-Chuí). Pena revelou, ainda, duas novas rotas de tráfico infantil para o exterior. De caminhão, as vítimas saem pelo Norte do país com destino ao Suriname; pelo Sul, com destino à Argentina e ao Uruguai.

A presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), disse que o problema existe em todo o país, inclusive em sua cidade, Fortaleza, onde meninas são abordadas nas praias por homens adultos. Para a senadora, a solução do problema passa pela implantação de políticas públicas criativas.

Nas próximas semanas, a CPI realizará audiências públicas em Natal (RN), João Pessoa (PB), Fortaleza (CE), Cuiabá (MT) e Rio de Janeiro (RJ).



PROPOSTA Projeto de Serys (no destaque) foi acolhido pela CE, presidida por Osmar Dias (C), e segue para exame do Plenário

ser levado em conta se a reportagem contribuiu positivamente para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo e do Estado democrático de direito e

para a defesa dos direitos humanos.

Rodovia

Na reunião de ontem da CE foi concedida vista ao projeto

que dá o nome de Juscelino Kubitschek à BR-040 (PLC 64/03).

A Comissão de Educação adiou a votação do projeto do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que dispõe sobre concessões de emissoras de rádio e TV (PRS 21/03).

O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), comunicou que apresentará projeto de resolução para que as comissões do Senado possam deliberar sobre projetos terminativos quando houver medidas provisórias trancando a pauta do Plenário. Segundo ele, há mais de 400 processos sobre radiodifusão aguardando o parecer da comissão.

Agaciel lança livro sobre o Senado

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem, na Biblioteca Luiz Viana Filho, do lançamento do livro *O Senado e seus Presidentes*, escrito pelo diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia. Ao parabenizar o autor, Sarney elogiou a obra como uma demonstração de amor ao Senado e disse que, pesquisando a vida dos presidentes da Casa, que também serviram ao Legislativo, Agaciel escreveu um livro que servirá à história do Brasil.

Além de Sarney, discursaram na solenidade o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arno Wheling; o ministro Marcos Vilaça, do Tribunal de Contas da União; e o próprio Agaciel Maia, que agra-



PESQUISA Jobim, Sarney, Antonio Carlos e Agaciel visitam exposição sobre os presidentes do Senado, agora biografados em livro

deceu a Sarney como "mentor e orientador" do seu trabalho.

Com 293 páginas, o livro traz a biografia dos 59 senadores que presidiram o Senado, do Império à República. O livro é

um lançamento do Senado e para adquiri-lo pela Internet basta acessar o endereço www.senado.gov.br, digitando o subtítulo "Edições Técnicas". O livro custa R\$ 30.

Ouvidor anuncia combate à violência no campo

O ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, anunciou ontem que o governo vai colocar em prática um plano nacional de combate à violência no campo. Em depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra, ele disse que o documento já está pronto e contempla pontos como direitos humanos e sociais dos trabalhadores rurais sem terra, quilombolas e indígenas.

O presidente da comissão mista de inquérito, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), em tele-



DEPOIMENTO Alvaro Dias (C) informa que CPI quer ouvir do coordenador do MST esclarecimentos sobre ações do movimento

fonema ao coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, informou-o que há duas datas disponíveis para

que ele venha ao colegiado. O objetivo é esclarecer declaração de que o movimento transformaria abril em um mês vermelho para o governo.

Pavan cobra ações em favor de vítimas da seca e do ciclone

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) acusou o governo federal de inércia diante das catástrofes climáticas em Santa Catarina. Ele enumerou os prejuízos causados pela estiagem prolongada no interior do estado, a enxurrada em outras regiões e o ciclone



Governo está inerte, segundo Leonel Pavan

que espalhou destruição em 40 municípios, a maioria deles no seu estado.

Segundo Leonel Pavan, a seca no interior de Santa Catarina já provocou a decretação de estado de emergência em 130 municípios e perdas de R\$ 170 milhões na lavoura. Só em Santa Catarina, afirmou o senador, o ciclone deixou 13,6 mil pessoas desabrigadas, além de mortos e feridos.

- Mais de 32 mil casas foram danificadas e 290 destruídas. Cerca de 800 imóveis comerciais foram danificados e 90 destruídos. Cente e vinte prédios públicos também sofreram danos - enumerou o senador Leonel Pavan.

José Jorge: dinheiro ainda não chegou a atingidos por chuvas

O senador José Jorge (PFL-PE) conclamou o governo federal a editar medida provisória (MP) para socorrer os flagelados das enchentes no Nordeste. Do contrário, "o dinheiro nunca chegará até os necessitados". Ele disse que Pernambuco "não recebeu um tostão até hoje", 60 dias depois das chuvas.



José Jorge cobra edição de MP para garantir verbas

- Todos lemos nos jornais que tantos milhões foram liberados para esse ou aquele estado. Tudo mentira. Saiu apenas um decreto autorizando a Caixa Econômica Federal a liberar créditos naquele valor, mas o excesso de burocracia impede que a intenção se efetive - afirmou.

O senador leu parte do relatório de deputados que visitaram os estados atingidos pelas enchentes. A comissão, disse, "foi unânime em constatar a paralisação do governo federal no enfrentamento de emergências" nos nove estados percorridos. Segundo José Jorge, nem mesmo os saques do seguro-safras foram autorizados.

Célio Azevedo



COMPROMISSO Jefferson Péres (C) ouve exposição de Fábio Erber sobre empréstimo a ser concedido ao Grupo Paranapanema

BNDES garante recursos para mina do Amazonas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberará os US\$ 20 milhões de que o Grupo Paranapanema precisa para continuar explorando mais de 27 tipos de minério na vila de Pitinga, em Presidente Figueiredo, no Amazonas. A informação foi dada em audiência pública na Subcomissão da Amazônia pelo diretor do BNDES, Fábio Stefano Erber.

A audiência foi convocada por iniciativa do presidente da subcomissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), preocupado com a continuidade da mineração do local. Na vila de Pitinga são retirados 27 tipos diferentes de minério, mas a mineração por aluvião (ao ar livre) está se esgotando, o que exigirá a exploração da chamada rocha sã, com uso de explosivos e maquinários.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Terceiriza-

dos nas Indústrias de Extração e Beneficiamento de Minérios de Presidente Figueiredo, Francisco Braga, lembrou que a mina de Pitinga garante a auto-suficiência do Brasil no uso do estanho. Ele disse que vivem hoje 25 mil pessoas na vila de Pitinga, localidade com criminalidade e mortalidade infantil zero, e com intensa fiscalização ambiental.

Em resposta ao senador Jefferson Péres, o diretor do Grupo Paranapanema, Geraldo Haenel, afirmou que o projeto de mineração na rocha sã é importante para a sobrevivência da mina. Ainda respondendo ao senador, Geraldo Haenel opinou que seria melhor haver metalurgia ao lado da mina. Argüido pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR), ele afirmou que o grupo desenvolve alguns projetos de pesquisa em conjunto com a Universidade de São Paulo (USP).

Hélio Costa pede solução para dívida de pequenos agricultores

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) anunciou ontem, em Plenário, que irá diariamente à tribuna para cobrar da direção do Banco do Brasil a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores da cidade de Munhoz e seus arredores, no sul de Minas Gerais. Advertiu que esses produtores estão quase em situação de falência e sem condições de pagar as dívidas, que, em média, atingem R\$ 40 mil com o banco.

Hélio Costa se disse chocado com a informação de que dois pequenos agricultores cometeram suicídio por não terem como quitar os empréstimos com o BB. Segundo o senador, 5 mil agricultores estão na mesma situação.

– O custo de produção de uma saca de batatas é de R\$ 26,

mas os produtores só estão conseguindo vendê-la por R\$ 15, o que os está destruindo. E que banco social é esse, que é implacável na cobrança de dívidas de quem se encontra em situação tão dramática? – perguntou o parlamentar, lembrando que o BB teve lucro de R\$ 3 bilhões no ano passado.



AFLIÇÃO Hélio Costa afirma que produtores endividados do sul de Minas estão à beira da falência

Dilma: fiscalização do Luz para Todos será rigorosa

Ministra de Minas e Energia foi ouvida ontem por senadores da Comissão de Infra-Estrutura

Em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, avisou que a aplicação dos R\$ 5,3 bilhões no programa Luz para Todos será rigorosamente fiscalizada para garantir a universalização do fornecimento de energia elétrica e evitar desperdício do dinheiro. Ela contestou afirmação do presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, Luiz Carlos Guimarães, de que o custo médio por ligação ficará em R\$ 4,5 mil. Será no máximo R\$ 3 mil, declarou.

A meta do Luz para Todos é levar energia a 12 milhões de brasileiros, 10 milhões deles residentes no campo, lugares distantes e pequenos lugarejos.

– A maior parte dos recursos federais será investida a fundo perdido [sem retorno em termos monetários], mas temos certeza de que a energia elétrica vai mudar a vida desses brasileiros, inserindo-os na atividade econômica e permitindo-lhes o acesso a renda – disse a ministra.

Márcia Kolumbe



BENEFÍCIO Programa levará energia a 12 milhões de brasileiros, segundo Dilma

Dilma Rousseff concordou com Guimarães que os investimentos das empresas na instalação de energia em áreas onde o retorno na forma de tarifa é muito pequeno devem sofrer tratamento contábil especial. Mas foi clara ao afirmar que o valor da ligação de energia no âmbito do programa não será repassado para as tarifas.

A ministra observou que as distribuidoras também serão beneficiadas porque, a médio prazo, a inserção econômica das comunidades beneficiadas levará ao aumento do consumo de energia.

Sobre a queixa de Guimarães quanto ao peso excessivo dos encargos nas tarifas de energia, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) observou que a refor-

ma tributária aprovada no Senado estabelece corte no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no fornecimento de energia para unidades de baixo consumo.

O representante dos estados, Eraldo Tinoco, vice-governador da Bahia, informou que, além do seu estado, outras cinco unidades da Federação se preparam para assinar

convênios com o governo federal para implantar o Luz para Todos. O presidente da Comissão de Infra-Estrutura, senador José Jorge (PFL-PE), disse esperar que o programa atinja seus objetivos.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) elogiou a utilização de subsídio na instalação de energia elétrica em áreas menos favorecidas, conforme fez a Bahia no programa Luz no Campo. Para o senador João Tenório (PSDB-AL), o Luz para Todos atenuará as disparidades regionais ao dar prioridade a comunidades pobres.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, afirmou que o órgão fiscalizará a implementação do programa.

Delcídio quer mais fontes alternativas

Durante a audiência na Comissão de Infra-Estrutura, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) é fundamental para renovar a matriz energética brasileira. E destacou que o programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, prevê a instalação de capacidade produtiva equivalente a 30 mil megawatts (MW) até 2005.

O programa deverá contar com investimentos de R\$ 8,6 bilhões, com geração de 150 mil empregos diretos e indiretos, conforme o senador, e será uma “solução definitiva” para que o país não mais enfrente crises energéticas.

Delcídio Amaral ressaltou a obrigatoriedade de um índice mínimo de nacionalização de



MUDANÇA Delcídio destaca programa que deverá renovar a matriz energética brasileira

60% dos equipamentos, destacando também a duplicação da participação das energias alternativas de fontes renováveis na matriz energética brasileira, que passam de 3% para 6% do total. Hoje, a energia hidráulica corresponde a 90% da gera-

ção no Brasil.

O senador enfatizou que a energia eólica (produzida por ventos) atuará de forma complementar na Região Nordeste, onde apresenta uma sazonalidade diferente das hidrelétricas (os ventos aumentam quando as chuvas diminuem). A energia eólica é a que mais cresce no mundo, em especial na Alemanha e França. No Brasil, espera-se a implantação de 4 mil MW obtidos da força dos ventos nos próximos dez anos, com ênfase na nacionalização de geradores eólicos, informou.

Nas regiões Sul e Sudeste será utilizada a biomassa, obtida a partir do bagaço da cana, subproduto da produção de álcool e açúcar. Delcídio também destacou a importância das pequenas centrais hidrelétricas, em vários estados do Brasil.

VENDA DA EMBRATTEL

Dirigentes de órgãos do governo afirmam que só se manifestarão sobre o assunto depois que tiverem em mãos as propostas de grupos que pretendem adquirir controle acionário

Senadores discutem negócio com a Telmex

Durante a audiência realizada ontem na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) sobre a possível venda da Embratel, pela americana MCI, à mexicana Telmex, o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Pedro Ziller de Araújo, informou que até agora nenhum grupo que manifestou interesse em adquirir o controle acionário da empresa apresentou as suas propostas. O fato, disse, impede qualquer avaliação da agência reguladora sobre se a compra será

boa ou não para o país, ou se irá prejudicar acionistas.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Bárbara Rosenberg, e o integrante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) Cleveland Prates Teixeira também afirmaram que somente com a apresentação das propostas poderão analisar a operação. Bárbara Rosenberg admitiu a existência da formação de cartel, caso a Telmex adquira a Embratel. O secretário-executivo do Minis-

tério das Comunicações, Paulo Tarso Lustosa da Costa, concordou que somente após a concretização do negócio o governo poderá se posicionar.

Empregados

O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Empresas de Telecomunicações (Fittel), José Zunga Alves de Lima, salientou que a venda da Embratel "chega a assustar" os mais de 15 mil trabalhadores diretos e indiretos que dependem da empresa.

O senador Ney Suassuna

(PMDB-PB), presidente da CFC e autor do requerimento da audiência, classificou de altamente positiva a discussão. Ele informou que o colegiado fará outras reuniões para aprofundar os debates em torno da venda da Embratel, com a presença, inclusive, do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa.

O líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), opinou que o governo, por intermédio dos órgãos competen-

tes, só deve se manifestar depois que a Justiça americana julgar o processo de venda das ações da MCI, que controla a Embratel. O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) sugeriu o envio dos depoimentos feitos na audiência, principalmente o do presidente da Anatel, à Corte de Falência dos Estados Unidos. Luiz Otávio (PMDB-PA) chamou atenção para a alta tarifa cobrada no México pela Telmex, e Delcídio Amaral (PT-MS) manifestou dúvidas sobre a operação.

Suassuna atende pedido de empregados

Autor do requerimento que resultou na audiência pública, o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), explicou ter atendido a solicitação dos representantes dos funcionários da Embratel, que queriam explicações dos dois grupos que disputam o controle da empresa – a Telmex e o consórcio formado por Telemar, Brasil Telecom e Telefônica.

A audiência, segundo Suassuna, também buscou esclarecimentos sobre o processo que a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel) encaminhou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em janeiro deste ano, contra a disposição das três grandes concessionárias locais de se unirem para adquirir ações da Embratel.

O diretor jurídico da Embratel, Oscar Petersen, lembrou que a Secretaria de Direito Econômico (SDE) instaurou procedimento administrativo para investigar as três concessionárias locais "por indício de adoção de conduta uniforme e divisão de mercado". A SDE, segundo o diretor jurídico, advertiu a Embratel que o acesso das três concessionárias a dados estratégicos da companhia em negociação poderá ser considerado infração à ordem econômica.



AUDIÊNCIA Debate reuniu representantes da Anatel, Cade, Ministério das Comunicações e empresários

Consórcio disputa o controle da empresa

Responsável por 12.579 empregos diretos, com um faturamento de R\$ 7 bilhões no ano passado e lucro líquido de R\$ 224 milhões, segundo um dos seus diretores, a Embratel passou a integrar a agenda de discussão do Senado. A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) ouviu ontem as propostas que estão sendo oferecidas pelos dois grupos empresariais que disputam o controle acionário da companhia, além dos depoimentos de seus diretores para as áreas jurídica, Oscar Petersen, e de regulamentação e interconexão, José Roberto de Souza Pinto, e de representantes do governo federal e dos trabalhadores.

Os representantes dos dois grupos empresariais – um lide-

rado pela Telmex mexicana e o consórcio Calais, integrado pelas empresas Telefônica, Telemar, Brasil Telecom e Geodex – tentaram mostrar aos senadores que suas propostas não ferem os marcos regulatórios do país. Evidenciaram o porte das empresas envolvidas e seus compromissos com a manutenção dos empregos da Embratel e com as atividades de segurança nacional, como o atendimento das Forças Armadas, a capacidade de investimento e os benefícios a clientes e aos sócios minoritários.

Uma das questões destacadas foi a diferença no valor oferecido para a compra do controle acionário da Embratel. Segundo o vice-presidente da Telefônica, Eduardo Navarro, e

o presidente do Conselho de Administração da Telemar, Otávio Marques Azevedo, a oferta do consórcio Calais supera em US\$ 190 milhões o valor apresentado pela Telmex, de cerca de US\$ 360 milhões.

Otávio Marques Azevedo protestou contra o processo de negociação entre a norte-americana MCI, controladora da Embratel, e a Telmex. O presidente da Telemar chegou a se exaltar quando disse que reagia com indignação contra as acusações "desmedidas" de funcionários da Embratel alegando que o propósito das três concessionárias de telefonia fixa era enfraquecer a companhia que está sendo alienada e desrespeitar os marcos regulatórios do país.

Operação também será debatida pela CE

A anunciada venda do controle acionário da Embratel à Telmex também será debatida em audiência na Comissão de Educação (CE), em data a ser agendada. O requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG), aprovado ontem, indica como convidados o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Pedro Jaime Ziller Araújo; o presidente da Embratel, Jorge Luiz Rodrigues; a presidente do Conselho Deliberativo da Telos – Fundação Embratel de Seguridade Social, Purificación Calderón; e o presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Luiz Leonardo Cantidiano.

Hélio Costa argumentou que a principal motivação para seu requerimento é o fato de a Embratel ter sido vendida à Telmex, segundo notícias da imprensa, por US\$ 360 milhões, valor menor que os US\$ 550 milhões que teriam sido oferecidos por consórcio formado pelas empresas Brasil Telecom, Telefônica do Brasil, Telemar, Geodex e Fundação Telos.

Os integrantes da comissão ressaltaram que o fórum apropriado para debater o assunto é a Comissão de Educação e, portanto, decidiram votar o requerimento no mesmo momento em que a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realizava audiência com representantes do governo, das empresas e dos trabalhadores.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Papaléo Paes e Hélio Costa